

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

BEATRIZ FALSETTE NOVI ALMEIDA

**ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES NOS DEBATES SOBRE SECURITIZAÇÃO
NA ÁREA DE ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL (ESI) NO PERÍODO
PÓS-GUERRA**

SÃO PAULO

2023

BEATRIZ FALSETTE NOVI ALMEIDA

**ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES NOS DEBATES SOBRE SECURITIZAÇÃO
NA ÁREA DE ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL (ESI) NO PERÍODO
PÓS-GUERRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com requisito para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^ª.Priscila Villela

SÃO PAULO

2023

RESUMO

A presente pesquisa visa analisar as transformações nos debates sobre securitização na área de Estudos de Segurança Internacional (ESI) no período pós-guerra. Assim, para perseguir tal objetivo, a metodologia empregada na pesquisa é a revisão de literatura, promovendo a investigação acerca do marco teórico escolhido em livros, artigos científicos e demais documentos de relevância para a compreensão da temática proposta. Inicialmente, se busca realizar uma contextualização histórica, oferecendo uma revisão concisa da evolução da securitização nos estudos de segurança internacional, com ênfase no impacto dos eventos e desenvolvimentos pós-guerra. O trabalho também explora as principais teorias e conceitos associados à securitização, proporcionando uma base sólida para compreender as mudanças subsequentes nos debates acadêmicos. A ordem estabelecida no contexto do Pós-Guerra Fria e sua hereditariedade provocou uma série de mudanças dentro do cenário internacional e, diante dessas transformações, surge uma perspectiva renovada acerca da expansão da agenda de segurança. Estudiosos da área são influenciados por um novo paradigma introduzido após o término da Guerra Fria, onde os estudos sobre segurança enfocam na abrangência de diversos aspectos, não somente no âmbito militar, incorporando outras questões como economia, política e os setores societal e ambiental. O foco principal do trabalho recai sobre as transformações nos debates de securitização, examinando várias perspectivas e abordagens, como pós-estruturalismo, pós-colonialismo, segurança humana, estudos de paz, estudos feministas de segurança e estudos críticos de segurança. Cada uma dessas abordagens é analisada criticamente para entender como influenciaram e enriqueceram os debates sobre securitização na ESI. O trabalho é concluído com uma síntese das principais descobertas, ressaltando a relevância e as implicações das diversas abordagens analisadas para o campo da securitização e dos estudos de segurança internacional.

Palavras-chave: Securitização. Segurança Internacional. Pós-Guerra Fria.

ABSTRACT

This research aims to analyze the transformations in the debates on securitization in the area of International Security Studies (ISS) in the post-war period. In order to pursue this objective, the methodology employed in the research is a literature review, promoting research into the chosen theoretical framework in books, scientific articles and other documents of relevance to understanding the proposed theme. Initially, the aim is to provide a historical context, offering a concise review of the evolution of securitization in international security studies, with an emphasis on the impact of post-war events and developments. The paper also explores the main theories and concepts associated with securitization, providing a solid basis for understanding the subsequent changes in academic debates. The order established in the post-Cold War context and its inheritance provoked a series of changes within the international scenario and, in the face of these transformations, a renewed perspective on the expansion of the security agenda has emerged. Scholars in the field are influenced by a new paradigm introduced after the end of the Cold War, in which security studies focus on encompassing various aspects, not only in the military sphere, but also incorporating other issues such as economics, politics and the societal and environmental sectors. The main focus of the paper is on the transformations in securitization debates, examining various perspectives and approaches, such as post-structuralism, post-colonialism, human security, peace studies, feminist security studies and critical security studies. Each of these approaches is critically analyzed to understand how they have influenced and enriched the debates on securitization in ESI. The paper concludes with a synthesis of the main findings, highlighting the relevance and implications of the various approaches analyzed for the field of securitization and international security studies.

Keywords: Securitization. International Security. Post-Cold War.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	7
3. TEORIAS E CONCEITOS DE SECURITIZAÇÃO	13
4. TRANSFORMAÇÕES NOS DEBATES DE SECURITIZAÇÃO	17
4.1 Pós-Estruturalistas	18
4.2 Pós-Colonialismo	21
4.3 Segurança Humana	25
4.4 Estudos de Paz	26
4.5 Estudos Feministas de Segurança	28
4.6 Estudos Críticos de Segurança	29
5. CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS	32

Componentes	Nota
Clareza na definição do tema	Até 1,0 ponto Nota: 0,75
Relevância, qualidade e assimilação das fontes bibliográficas consultadas	Até 3,0 pontos Nota: 2,0
Objetividade e capacidade de síntese e argumentação	Até 2,0 pontos Nota: 2,0
Qualidade e correção da linguagem	Até 1,0 ponto Nota: 1,0

Observância das exigências formais (ABNT)	Até 1,0 ponto Nota: 1,0
Processo de orientação (cumprimento de prazos e etapas)	Até 1,0 pontos Nota: 0,5
Banca de TCC (aos selecionados)	Até 1,0 ponto

Nota final: 7,5

O texto apresenta uma notável evolução nos últimos meses, refletindo um amadurecimento impressionante. A inclusão de literatura de peso e a abordagem das principais questões propostas pelas abordagens críticas dos Estudos de Segurança Internacionais demonstram um esforço na pesquisa e na construção argumentativa. O estilo de escrita é claro e eficaz, facilitando a compreensão do leitor.

Contudo, é imperativo abordar algumas inconsistências analíticas que persistem na análise. Uma notável confusão é observada entre a teoria da securitização e as abordagens críticas da segurança internacional de maneira mais ampla. Apesar do texto propor a análise das correntes da teoria da securitização, há a inclusão de teorias e autores que não adotam esse conceito específico. Esta lacuna deixa de explorar debates importantes, como aquele estabelecido entre as escolas de Copenhague e Paris, que são fundamentais para uma compreensão mais abrangente do campo.

Ressalta-se a importância de uma delimitação mais clara e consistente entre as diferentes correntes teóricas abordadas. O foco na teoria da securitização deve ser mais preciso, evitando a diluição conceitual que pode comprometer a solidez da análise.

Apesar dessas observações, é válido reconhecer que o trabalho atende aos pré-requisitos necessários. A pesquisa é substancial, a argumentação é coerente, e o texto está alinhado com as expectativas acadêmicas.

1. INTRODUÇÃO

O complexo cenário pós-guerra trouxe consigo uma miríade de transformações nos debates sobre securitização na área de Estudos de Segurança Internacional (ESI). Este trabalho se propõe a navegar por essas transformações, buscando compreender como diferentes perspectivas e abordagens teóricas têm influenciado e reconfigurado os discursos e práticas de securitização na contemporaneidade. O objetivo central é, portanto, analisar criticamente algumas das principais correntes de pensamento que emergiram e ganharam proeminência no período pós-guerra, contribuindo para uma compreensão multifacetada e enriquecida da securitização nos estudos de segurança.

Para tanto, a investigação será realizada com o emprego da abordagem qualitativa, de natureza dedutiva, para responder à seguinte questão-problema: “Como os debates sobre securitização transformaram-se no período pós-guerra, e quais foram as principais correntes de pensamento e abordagens teóricas que influenciaram essas transformações?”. A metodologia utilizada para o desenvolvimento da investigação é a revisão de literatura, com a busca de informações em livros, artigos científicos e demais documentos que se apresentem relevantes para o correto e completo desenvolvimento da temática proposta.

Neste sentido, o primeiro capítulo da pesquisa visa oferecer uma breve revisão da história da securitização nos estudos de segurança internacional e destacando o impacto significativo dos eventos pós-guerra nesta área. No segundo capítulo, por sua vez, serão exploradas as principais teorias e conceitos que fundamentam a securitização, proporcionando uma compreensão aprofundada das bases teóricas que sustentam os debates e discursos nesta área. Por fim, no terceiro capítulo, onde diversas perspectivas e abordagens, como pós-estruturalismo, pós-colonialismo, segurança humana, estudos de paz, estudos feministas de segurança e estudos críticos de segurança, serão analisadas detalhadamente.

A importância de estudar as transformações nos debates sobre securitização no período pós-guerra reside na necessidade de compreender como as abordagens de segurança evoluíram e se adaptaram às mudanças globais e aos desafios emergentes. Ao explorar essas perspectivas, este trabalho não apenas busca lançar luz sobre a evolução conceitual da segurança, mas também destacar a relevância de abordagens inclusivas e holísticas na formulação de políticas de segurança na contemporaneidade, um aspecto crucial para enfrentar os desafios multifacetados do mundo moderno.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Os Estudos de Segurança Internacional (ESI) constituem uma disciplina dinâmica e em constante evolução, e a compreensão da securitização, como componente essencial desse campo, é crucial para analisar as transformações nas percepções de segurança ao longo do tempo. Este capítulo visa traçar uma contextualização histórica dos estudos de securitização, destacando os marcos e as mudanças paradigmáticas que moldaram esse campo de pesquisa.

Os primórdios do que se pode chamar “estudos de securitização” remontam ao período pós-Segunda Guerra Mundial, quando as concepções tradicionais de segurança baseadas em ameaças militares e estratégias de dissuasão começaram a ser questionadas. Nesse contexto, o pensamento estratégico foi desafiado pela necessidade de compreender e lidar com ameaças não convencionais e transnacionais que ultrapassavam as fronteiras estatais tradicionais (VALENÇA, 2010).

Antes do período pós-Segunda Guerra Mundial, a compreensão da segurança internacional estava intrinsecamente ligada às dinâmicas geopolíticas moldadas pelo sistema de Estados-nação e à abordagem tradicional de segurança nacional. A Segurança Internacional, nessa fase inicial, era predominantemente percebida como a proteção dos interesses do Estado contra ameaças externas, principalmente militares.

A segurança internacional era, portanto, predominantemente entendida em termos de equilíbrio de poder entre nações, e a segurança de um Estado era garantida através de alianças, exércitos e demonstrações de força militar, com a diplomacia atuando como um meio de negociar o poder e prevenir conflitos. Assim se organizaram os Estados e suas forças de segurança por muitos séculos em muitas civilizações e países do ocidente e do oriente. Durante o século XIX e grande parte do século XX, a concepção de segurança estava profundamente enraizada na teoria do realismo, onde o Estado era o principal ator e a anarquia internacional prevalecia (ARON, 1966).

Os estudos de segurança estavam fortemente focados nas rivalidades entre Estados, nas alianças militares e nas estratégias de dissuasão, refletindo a realidade da Guerra Fria. A abordagem da segurança nacional, que ganhou destaque especialmente durante a Segunda Guerra Mundial, colocava a ênfase na defesa territorial, na prontidão militar e nas estratégias de combate. O paradigma estatocêntrico era a base para as políticas de segurança, onde as ameaças eram entendidas principalmente em termos de forças armadas inimigas e estratégias de guerra convencional (SILVA, 2011). No entanto, as devastações causadas pelas duas

grandes Guerras Mundiais desafiaram essa concepção tradicional, evidenciando a necessidade de um sistema internacional que pudesse prevenir a ocorrência de tais catástrofes.

A Guerra Fria aprofundaria ainda mais essa visão estreita de segurança, com o surgimento da corrida armamentista nuclear e a luta ideológica entre o bloco ocidental e o bloco soviético. A segurança internacional tornou-se sinônimo de equilíbrio de poder e capacidade militar, e os estudos de segurança estavam essencialmente voltados para a análise de ameaças militares iminentes. Nesse contexto, a ideia de securitização ainda não havia se desenvolvido, pois a concepção de segurança estava intrinsicamente ligada à preservação do Estado e à defesa contra ameaças identificáveis e convencionais. As dimensões não militares, como questões econômicas, ambientais ou sociais, raramente eram consideradas parte integrante da agenda de segurança internacional (ARON, 1966).

Portanto, antes mesmo do pós-Segunda Guerra Mundial e durante parte da Guerra Fria, os estudos de securitização e segurança nacional estavam ancorados em um paradigma restrito, onde a segurança era predominantemente entendida como uma questão militar e estatal, refletindo as condições e as preocupações específicas daquele período histórico (SILVA, 2011). Tal realidade mudaria com o surgimento dos estudos de securitização.

A securitização, enquanto conceito acadêmico dentro dos Estudos de Segurança Internacional (ESI), tem suas raízes no período da Guerra Fria, onde a segurança era predominantemente entendida em termos militares e estatais, conforme já mencionado. No entanto, o contexto de fim da Guerra Fria e os eventos subsequentes expandiram dramaticamente o escopo do que é considerado uma 'ameaça à segurança'. Foi nesse período, mais precisamente em 1985, que surge a securitização como tema nos estudos de segurança.

A teoria da securitização, tal como concebida por Buzan, Wæver e de Wilde (1998), propôs uma abordagem inovadora ao destacar que a segurança não é uma condição objetiva e estática, mas sim um processo dinâmico e socialmente construído. Este entendimento revolucionário deslocou o foco da segurança de um paradigma estatocêntrico e militarizado para uma compreensão mais ampla que incorpora ameaças multidimensionais e atores não estatais.

O processo de securitização, segundo Buzan, Wæver e de Wilde (1998), ocorre quando atores políticos, por meio de atos de fala, conseguem convencer uma audiência relevante de que uma questão específica deve ser tratada como uma ameaça à sobrevivência, legitimando assim medidas extraordinárias. Essa abordagem inovadora permitiu a inclusão de questões

que vão além do escopo tradicional da segurança, abrindo espaço para a análise de desafios próprios do mundo contemporâneo.

A evolução do conceito de securitização nos Estudos de Segurança Internacional (ESI) reflete uma mudança fundamental na compreensão das ameaças e na resposta a elas. Após as Guerras Mundiais, especialmente após a Guerra Fria, o foco em ameaças militares e estatais começou a ser complementado por uma visão mais ampla que incluía uma variedade de riscos não militares. A teoria da securitização, como desenvolvida pela Escola de Copenhague, argumenta que a segurança não é uma condição objetiva, mas um estado subjetivo, construído pelas interações sociais através do discurso. Buzan, Wæver e de Wilde (1998) propuseram que qualquer questão pública pode ser securitizada se um ator significativo conseguir convencer um público relevante de que algo é uma ameaça existencial que requer ações urgentes e excepcionais, que muitas vezes estão fora das normas políticas usuais. Este processo de securitização é realizado através do que é conhecido como "atos de fala", onde a simples declaração de uma ameaça é suficiente para criar um estado de segurança. Isso significa que a segurança é tanto uma questão de percepção quanto de realidade objetiva, e que o poder político pode ser exercido não apenas através de ações, mas também, através de formas de linguagem.

Aliás, a evolução do conceito de securitização pode ser vista na forma como diferentes ameaças foram enquadradas ao longo do tempo. Durante a Guerra Fria, o conceito de segurança foi dominado pela ameaça de conflito nuclear e pela rivalidade ideológica entre o bloco soviético e o ocidental. A segurança do Estado continuou sendo o foco, mas a natureza das ameaças evoluiu para incluir a espionagem, a propaganda e a guerra psicológica. A dissuasão nuclear tornou-se um elemento central da estratégia de segurança, como discutido por Schelling (1966) em sua obra *"Arms and Influence"*. Nesse período de tensão internacional constante, a securitização estava fortemente ligada à ameaça de conflito nuclear e à competição ideológica. No entanto, com o fim da Guerra Fria, novas ameaças surgiram e foram securitizadas, como o terrorismo internacional, a proliferação de armas de destruição em massa, as crises financeiras globais, as pandemias e as mudanças climáticas.

Foi somente com o iminente fim da Guerra Fria que o campo dos ESI começou a reconhecer e incorporar uma gama mais ampla de ameaças à segurança, além das militares, e a já mencionada Escola de Copenhague, em particular, foi influente ao introduzir a teoria da securitização, originalmente denominada *"Copenhaguen Peace Research Institute"*. Foi a partir dela que se passou a compreender que a segurança não é uma qualidade inerente a

certos problemas, mas é o resultado de um processo político pelo qual questões são apresentadas como ameaças existenciais, justificando medidas extraordinárias em resposta (BUZAN, WAEVER, WILDE, 1998).

No período pós-Guerra Fria, portanto, o conceito de securitização expandiu-se além do militar, incorporando dimensões como a segurança econômica, ambiental e, mais recentemente, a segurança humana. O impacto dos eventos pós-guerra, como os conflitos étnicos nos Bálcãs, o terrorismo global e as crises financeiras, reforçou a necessidade de uma abordagem mais holística da segurança, que considerasse as complexas interdependências do mundo contemporâneo. Como bem ensina (SILVA, 2019, p. 11) “o principal ponto de inflexão nesse momento foi deixar de serem estudos centrados na guerra. Eles passam a ser estudos políticos, que levam em consideração a importância social e das relações entre a questão militar e não militar, analisando as vulnerabilidades”.

A dissolução da União Soviética e o conseqüente fim da bipolaridade mundial não apenas alteraram a configuração do poder global, mas também desencadearam uma reavaliação dos conceitos de segurança. O período pós-Guerra Fria foi marcado por uma série de crises e conflitos que não se encaixavam nos moldes tradicionais da guerra entre Estados-nação. Além dos já mencionados anteriormente, eventos como guerras, o genocídio em Ruanda e o ataque terrorista de 11 de setembro nos Estados Unidos são exemplos de casos que expandiram o entendimento de ameaças à segurança para além das questões militares, influenciando significativamente a agenda de securitização (SILVA, 2011).

Esses eventos demonstraram que as ameaças à segurança podem ser multifacetadas e transnacionais, exigindo respostas que ultrapassem as capacidades militares tradicionais. A securitização de questões como o terrorismo, por exemplo, levou à criação de legislações e medidas de segurança que afetam a governança global e as liberdades civis, como observado nas análises de Bigo (2002) e Huysmans (2006), que discutem a emergência de um 'campo de segurança interna' na União Europeia.

Além disso, a securitização do meio ambiente e das mudanças climáticas, como discutido por Trombetta (2008), reflete uma crescente conscientização de que as questões ambientais têm implicações diretas para a segurança humana e podem ser catalisadoras de conflitos. A mudança climática, em particular, é frequentemente referida como um "multiplicador de ameaças", capaz de exacerbar tensões existentes e gerar novos desafios de segurança.

A securitização também foi aplicada a questões como migração e segurança energética, refletindo preocupações contemporâneas com a estabilidade social e econômica. A migração, por exemplo, foi frequentemente enquadrada como uma questão de 'crise' ou 'invasão', especialmente em discursos políticos que buscam justificar políticas restritivas de fronteiras, fortes em países da Europa e nos Estados Unidos, por exemplo. Além disso, a securitização tem sido criticada por sua tendência a justificar medidas autoritárias e erosão das liberdades civis em nome da segurança. Este aspecto foi destacado por Huysmans (1998), que argumenta que a securitização da migração na Europa levou a uma política de exceção e a uma governança através do medo. A evolução da securitização reflete, portanto, não apenas mudanças nas ameaças percebidas, mas também nas práticas políticas e nas relações de poder.

Em razão de tais eventos, com a intensificação da globalização e pela evolução dos estudos relacionados à segurança no âmbito internacional, a Liga das Nações e, subsequentemente, as Nações Unidas foram estabelecidas com o objetivo de promover a paz e a segurança coletiva, refletindo uma mudança paradigmática na forma como a segurança internacional era concebida. A noção de segurança humana, que ganhou destaque com o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD (1994), também influenciou o debate de securitização ao enfatizar a proteção do indivíduo em face de ameaças abrangentes, incluindo pobreza, doenças e violência política. Este conceito ampliado de segurança desafia a visão estatocêntrica e militarizada, propondo abordagem mais inclusiva e preventiva (SILVA, 2011).

No contexto latino-americano, a securitização enfrenta desafios específicos, como a violência urbana, o narcotráfico e as migrações em massa, que são abordados em trabalhos como os de Misse (2006) e Koonings e Kruijt (2009), que analisam como essas questões são enquadradas dentro das políticas de segurança na região.

Após a Guerra Fria, os estudos de securitização na América Latina enfrentaram desafios distintos, moldados pelas complexidades da transição de um contexto bipolar para uma ordem mundial multipolar. Nesse período de transformação, a região foi confrontada com uma série de desafios que exigiram uma revisão e expansão das tradicionais noções de segurança. Uma das principais questões enfrentadas por esses países foi a redefinição do escopo da segurança em um contexto pós-Guerra Fria. A ameaça de conflitos interestatais diminuiu, abrindo espaço para uma abordagem mais ampla e inclusiva da segurança, que reconhecesse desafios internos e transnacionais (MISSE, 2006).

A securitização, nesse cenário, passou a abranger questões como o já mencionado narcotráfico, o crime organizado e a instabilidade política, exigindo uma adaptação das

estratégias tradicionais de segurança. A questão da segurança cidadã tornou-se particularmente premente na região, com o aumento da criminalidade urbana e a proliferação de organizações criminosas. A securitização dessas questões, no entanto, enfrentou críticas pela potencial justificação de medidas repressivas que poderiam comprometer os direitos humanos e a democracia. A obra de Misse (2006), ao analisar o crime e a violência urbana no Brasil, destaca a complexidade dessa securitização, apontando as nuances sociais e econômicas que estão por trás desses fenômenos.

Outro desafio significativo foi a gestão de crises econômicas e sociais, como evidenciado por episódios de instabilidade financeira e protestos populares em vários países latino-americanos. Essas crises, muitas vezes securitizadas como ameaças à estabilidade nacional, exigiram abordagens abrangentes que incorporassem não apenas medidas de segurança tradicionais, mas também estratégias econômicas e sociais (MISSE, 2006).

A securitização da migração também emergiu como tema central, especialmente no contexto das migrações em massa e dos fluxos de refugiados. A busca por soluções para os desafios migratórios envolveu não apenas considerações de segurança nacional, mas também questões humanitárias. A análise de Koonings e Kruijt (2009) sobre as megacidades na América Latina destaca a interconexão entre migração, urbanização e desafios de segurança. Além disso, a região enfrentou dilemas relacionados à cooperação regional e à construção de instituições de segurança coletiva. A securitização de temas como o tráfico de drogas gerou demandas por respostas coordenadas, destacando a necessidade de mecanismos regionais eficazes para enfrentar ameaças compartilhadas.

Portanto, como se observa, o período pós-guerra é caracterizado por uma ampliação do conceito de segurança, diversificação dos atores envolvidos e uma complexificação das ameaças, que agora transcendem fronteiras nacionais e categorias tradicionais. A securitização tornou-se um processo dinâmico e multifacetado, refletindo as incertezas e os desafios de um mundo globalizado. A securitização é, assim, um fenômeno que transcende a materialidade das ameaças e se baseia na percepção, na representação e comunicação. Este entendimento foi fundamental para expandir o escopo dos ESI para incluir temas como segurança econômica, ambiental e segurança humana, colocando o sujeito no centro das preocupações de segurança.

Ante todo o exposto, percebe-se que a história da securitização nos ESI é marcada por uma constante expansão e redefinição, impulsionada por mudanças geopolíticas e sociais. O período pós-Guerras Mundiais, em particular, testemunhou uma transformação significativa

nos debates sobre o que constitui uma 'ameaça à segurança', desafiando os paradigmas tradicionais e abrindo caminho para novas teorias e abordagens, inclusive para a concretização dos estudos de securitização.

3. TEORIAS E CONCEITOS DE SECURITIZAÇÃO

Até aqui, foi possível estudar um breve histórico acerca da evolução mais recente dos estudos de segurança pública internacional, bem como o surgimento dos estudos relativos à securitização, conhecendo, ainda que de forma superficial, sua conceituação. Neste capítulo, o objetivo será aprofundar tal conhecimento acerca do conceito de securitização e conhecer alguns aportes de seus principais teóricos, sobretudo na Escola de Copenhague.

A securitização, no contexto das Relações Internacionais e dos Estudos de Segurança Internacional, representa um conceito fundamental para compreender a dinâmica da segurança e sua relação com o discurso político. Este termo, popularizado pela já mencionada Escola de Copenhague, destaca-se como uma abordagem teórica que transcende as perspectivas tradicionais de segurança centradas no Estado.

O conceito de securitização em Relações Internacionais, segundo a Teoria de Securitização, pode ser entendido como o processo pelo qual determinados temas são transformados em questões de segurança por atores estatais, permitindo o uso de meios extraordinários em nome da segurança. Este processo implica que tais questões não necessariamente representam ameaças objetivas à sobrevivência do Estado, mas são construídas como problemas existenciais por meio de discursos e práticas específicas (SILVIA, 2011).

Barry Buzan e Ole Wæver (1998), principais proponentes da Teoria da Securitização, argumentam que a identificação e a posterior publicitação de uma ameaça nacional desdobram-se progressivamente mediante um processo de securitização, no qual são verificadas categorias conceituais e unidades analíticas próprias. Este processo é exemplificado na Guerra do Afeganistão de 2001, onde o governo dos Estados Unidos, após os ataques de 11 de setembro, adotou medidas militares extraordinárias, demonstrando a securitização do terrorismo (SILVA, 2011).

Dentro da teoria, são identificadas três categorias principais: os objetos referentes (elementos ameaçados ou passíveis de se tornarem questões de segurança), o agente securitizador (o ator que identifica a ameaça), e os atores funcionais (que participam diretamente ou indiretamente na dinâmica de segurança de um setor). A securitização ocorre quando o agente securitizador percebe uma ameaça e passa a tratá-la como um problema prioritário, ultrapassando a burocracia e as vias tradicionais de enfrentamento (VALENÇA, 2010).

A Escola de Copenhague, associada a este conceito, vê a securitização como uma síntese do construtivismo e do realismo político clássico. Distingue-se das abordagens materialistas dos estudos clássicos de segurança ao se concentrar não nas disposições materiais da ameaça, mas em como uma determinada situação é transformada em uma questão de segurança. Importante notar que para que o ato de securitização seja bem-sucedido, ele deve ser aceito pelo público, independentemente de o assunto representar uma ameaça real. Essa teoria, portanto, proporciona uma compreensão mais ampla sobre como diferentes situações podem ser interpretadas como questões de segurança, permitindo uma análise crítica das práticas e discursos de segurança em um contexto internacional (VALENÇA, 2010).

A securitização vai além da mera análise de ameaças objetivas e explora como certas questões são construídas discursivamente como ameaças, justificando medidas extraordinárias. De acordo com o pioneiro da teoria, Barry Buzan (1998) e seus colaboradores, a securitização ocorre quando uma questão é "elevada" à condição de segurança, tornando-se uma preocupação que exige ações imediatas e excepcionais. Esse processo envolve atores securitizadores, que, por meio de discursos, buscam persuadir uma audiência de que determinado assunto ameaça valores fundamentais, exigindo respostas urgentes e, por vezes, fora das normas estabelecidas.

A securitização, portanto, não é uma característica inerente a uma questão, mas uma construção social que varia conforme o contexto e os atores envolvidos. Como destacado por Ole Waever (2011), um dos principais teóricos da Escola de Copenhague, a teoria de securitização abrange a noção de que "a segurança é um discurso", enfatizando a importância do papel da linguagem na construção da realidade política. A teoria de securitização, desenvolvida pelo referido autor e seus colegas, tem passado por uma evolução significativa nas últimas décadas, refinando seus conceitos e estruturas para melhor se adequar aos desafios contemporâneos.

Uma das contribuições dos referidos autores é a securitização como discurso, atos de fala e ilocucionário. A concepção de securitização como um ato ilocucionário, conforme proposto por Waever (2011), busca integrar causalidade, mecanismos sociais, testes de hipóteses e teoria política em torno do evento constitutivo e transformador de atores. O foco não está apenas na relação de causa e efeito entre fala e resultados, mas na reconfiguração das dinâmicas de direitos e deveres.

Lene Hansen (2011), por sua vez, contribui para a expansão metodológica da teoria ao introduzir a análise estruturada dos discursos e imagens. Sua proposta de incorporar a teoria de Foucault destaca a importância da intertextualidade, circulação e ambiguidade nas análises de securitização visual. O eixo metodológico, enriquecido por Hansen, propõe uma análise mais estruturada dos discursos securitizadores, incorporando a teoria foucaultiana justamente para explorar o terreno epistêmico e as modalidades substanciais.

Em suas contribuições recentes, Lene Hansen (2011) destaca a necessidade de considerar não apenas os discursos linguísticos, mas também as imagens como elementos que contribuem para o processo de securitização. Ela propõe uma estrutura intertextual para a análise da securitização visual, reconhecendo a importância das representações visuais na construção de significados políticos. A ampliação para a análise de imagens representa uma resposta às mudanças tecnológicas e destaca a necessidade de compreender as securitizações visuais de maneira distinta das linguísticas.

Com base nas informações recentes e no desenvolvimento contínuo da teoria de securitização, pode-se entender melhor como essa teoria se aplica e evolui no contexto contemporâneo. A teoria de securitização, conforme articulada originalmente pela Escola de Copenhague, conforme já mencionado anteriormente, sugere que a política de segurança nacional não é um dado natural, mas é cuidadosamente designada por políticos e tomadores de decisão. Problemas políticos são, portanto, constituídos como questões extremas de segurança a serem tratadas com urgência quando são rotulados como 'perigosos', 'ameaçadores', 'alarmantes' e assim por diante por um 'ator securitizante' que possui o poder social e institucional para mover a questão 'além da política' (SILVA, 2011).

Nesse sentido, com a evolução social, os saltos tecnológicos e a globalização, as questões que merecem atenção do Estado em matéria de segurança se modificaram para atender às demandas sociais contemporâneas. Uma dessas mudanças de perspectiva é relativa à questão de gênero, e deu origem ao feminismo, que desempenhou um papel importante na ampliação da agenda de securitização, desafiando a ideia de que o Estado era o único provedor de segurança e que gênero era irrelevante na produção de segurança (EROUKHMANNOFF, 2018).

A teoria da securitização também aborda como a segurança produz relações de poder desiguais entre as pessoas. Por exemplo, no contexto da Guerra Global contra o Terror, uma pessoa que apresente traços e características árabes pode ser identificada como “suspeita”, já que o contexto internacional, sobretudo no ocidente, tem produzido a ideia de que tais

indivíduos se configuram como um “outro” perigoso, passível de risco, levando a um aumento das operações de vigilância em comunidades muçulmanas. Isso destaca como a segurança se torna um aparato de controle e uma fonte de insegurança (EROUKHMANOFF, 2018).

Os teóricos da securitização identificaram cinco setores: econômico, social, militar, político e ambiental. Em cada setor, uma ameaça específica é articulada como ameaçando um objeto referente. Por exemplo, no setor social, o objeto referente é a identidade, enquanto no setor ambiental, são o ecossistema e as espécies ameaçadas. Isso destaca a natureza contextual da segurança e das ameaças (VALENÇA, 2010).

Central para a teoria da securitização é mostrar a estrutura retórica dos tomadores de decisão ao enquadrar uma questão e tentar convencer uma audiência a elevar a questão acima da política. Isso é o já mencionado 'ato de fala' - as palavras não apenas descrevem a realidade, mas constituem a realidade, o que, por sua vez, desencadeia certas respostas. Para convencer uma audiência a tomar medidas extraordinárias, o ator securitizante deve chamar a atenção e frequentemente exagerar a urgência e o nível da ameaça (VALENÇA, 2010).

Recentemente, ainda, houve uma evolução na teoria de securitização, conforme destacado por Kevork Oskanian (2021), que introduziu o conceito de 'securitisation gaps' - divergências nos discursos e práticas de segurança entre o Estado e a sociedade. Esse conceito procura capturar o papel contestado do Estado, operacionalizado ao longo de duas lógicas (reativa/substitutiva) e três intensidades (latente, manifesta e violenta), dependendo do grau em que desafiam a autoridade do Estado. Além disso, críticos das abordagens institucionais à fraqueza do Estado têm sugerido uma transição para uma abordagem puramente ideacional do Estado, argumentando que modelos institucionais negligenciam elementos ideacionais da estatalidade, favorecendo benchmarks mensuráveis objetivamente que têm pouco significado em contextos culturais distintos.

Lemay-Hébert (apud OSKANIAN, 2021) e outros apontam para a definição ideacional de Durkheim do Estado como “o próprio órgão do pensamento social”, composto por “sentimentos, ideais, crenças que a sociedade elaborou coletivamente com o tempo”. Essas perspectivas refletem a complexidade crescente e a natureza contestada da segurança no mundo contemporâneo, desafiando as abordagens tradicionais e abrindo caminho para a compreensão profunda das dinâmicas de securitização e seu impacto nas relações internacionais.

Ante todo o exposto, tem-se que a securitização é compreendida como um processo longo de construções sociais contínuas e negociação entre várias audiências e oradores. Essa

evolução na teoria de securitização reflete uma compreensão mais complexa e matizada das questões de segurança em um mundo globalizado e interconectado. Sobre essas e outras questões relativas às transformações nos debates de securitização, se discorrerá melhor a seguir.

4. TRANSFORMAÇÕES NOS DEBATES DE SECURITIZAÇÃO

Conforme foi estudado até aqui, tem-se que a evolução dos debates de securitização nos Estudos de Segurança Internacional (ESI) reflete uma mudança significativa na compreensão e abordagem das questões de segurança no período pós-Guerras Mundias e Guerra Fria. A teoria da securitização, conforme articulada pela Escola de Copenhague, desloca o foco de uma segurança centrada no Estado para uma compreensão mais ampla e contextualizada. As questões de segurança, conforme descrito por Buzan e Wæver (1998), não são intrinsecamente ameaçadoras; elas se tornam problemas de segurança quando são rotuladas como tais por atores securitizantes com poder social e institucional para mover a questão para além da política comum.

Após o término da Guerra Fria, a dicotomia de poder emergiu, refletindo a tensão entre abordagens tradicionais centradas na segurança do Estado e perspectivas mais amplas que incluem ameaças não militares e focam nas pessoas em vez dos Estados. Esta expansão da agenda de segurança incorporou conceitos como segurança humana e segurança regional, juntamente com ideias de cultura e identidade, destacando a natureza essencialmente contestada da segurança, entre outras questões de importância na contemporaneidade e que já foram mencionadas nos capítulos anteriores.

Porém, frente à corrente evolução tecnológica, política e social da sociedade, sobretudo com a intensificação do advento da globalização, que gera novas formas de perigo a todo momento, as questões de segurança e, conseqüentemente, os estudos de securitização estão constantemente sofrendo transformações.

Neste capítulo, se buscará abordar as transformações recentes nos debates de securitização, destacando a importância de perspectivas contemporâneas e críticas. Essa discussão incluirá a análise de abordagens pós-estruturalistas, que desafiam as noções tradicionais de segurança ao enfatizar o poder dos discursos na formação das ameaças. O pós-colonialismo, com seu foco no legado do colonialismo nas práticas de securitização, especialmente em contextos pós-coloniais, também será uma parte crucial desta análise.

Além disso, se considerará a evolução da segurança humana, que desloca o foco da segurança do Estado para o indivíduo, abarcando ameaças econômicas, sociais e ambientais, revelando uma abordagem mais holística. Os Estudos de Paz também serão discutidos, investigando como a securitização impacta a busca pela paz sustentável e as dinâmicas nas relações internacionais. A perspectiva dos Estudos Feministas de Segurança será explorada

para entender o papel do gênero nas questões de segurança e como estas abordagens podem oferecer novas compreensões e insights. Finalmente, os Estudos Críticos de Segurança serão também examinados para explorar abordagens alternativas que questionam as premissas e práticas convencionais de securitização. Esta seção do trabalho visa não apenas compreender, mas também questionar e expandir os paradigmas existentes dentro do campo da segurança internacional, refletindo sobre como essas perspectivas diversas oferecem novas lentes através das quais se pode analisar as complexidades da segurança no mundo contemporâneo.

Ao abordar as transformações nos debates de securitização nos Estudos de Segurança Internacional (ESI), este trabalho concentra-se em paradigmas específicos que são cruciais para entender a evolução do campo na contemporaneidade. Embora existam muitos outros paradigmas relevantes em estudos de securitização, a escolha dos pós-estruturalismo, pós-colonialismo, segurança humana, estudos de paz, estudos feministas de segurança e estudos críticos de segurança é intencional e reflete a importância desses paradigmas na compreensão das dinâmicas atuais de segurança. Esses paradigmas aqui trazidos foram selecionados devido ao seu papel significativo em desafiar e expandir o entendimento convencional de segurança. Eles oferecem perspectivas críticas que questionam as premissas tradicionais e incorporam uma variedade mais ampla de fatores e vozes no debate de segurança, tornando-se essenciais para uma análise abrangente e profunda das questões de segurança no século XXI.

4.1 Pós-Estruturalistas

O pós-estruturalismo, uma abordagem teórica influente no campo das Relações Internacionais, oferece um olhar crítico e renovador aos estudos de securitização. Esta abordagem questiona a objetividade e a natureza aparentemente inquestionável das ameaças de segurança, sugerindo que elas são construções sociais e políticas. Os pós-estruturalistas desafiaram as noções tradicionais de segurança, argumentando que as questões de segurança são frequentemente usadas para perpetuar estruturas de poder e dominação.

Central para o pós-estruturalismo nos estudos de securitização é a obra de Robert Walker (2006), que critica correntes convencionais em Relações Internacionais. Walker propõe uma reflexão sobre as possibilidades de crítica a partir das abordagens pós-estruturalistas, destacando a importância da desconstrução e da resvaloração como

ferramentas teóricas. Ele aponta que todo esforço de relativização empreendido pelo pós-estruturalismo requer a aceitação de elementos já estabelecidos e imunes à relativização.

Em consonância com pensadores como Derrida (apud MENDES, 2015), o pós-estruturalismo enfatiza que a repetição do paradigma a ser desconstruído deve ser considerada uma das formas possíveis de crítica. Isso implica que as práticas de securitização não são apenas sobre responder a ameaças, mas também sobre como essas ameaças são construídas e perpetuadas através do discurso e do poder.

A desconstrução, uma das principais ferramentas do pós-estruturalismo, permite uma análise crítica dos discursos de segurança, revelando suas contradições internas e os interesses subjacentes. Esta abordagem oferece uma perspectiva única para entender como as narrativas de segurança são formuladas e as implicações dessas narrativas para as relações de poder globais. Ao explorar essas dimensões, o pós-estruturalismo abre novos caminhos para compreender a natureza fluida e contestada da segurança no mundo contemporâneo. A desconstrução, enquanto ferramenta analítica, permite desvendar as camadas subjacentes dos discursos de segurança, mostrando como eles podem servir a agendas específicas e perpetuar desigualdades de poder (MENDES, 2015).

Ao focar a importância do discurso na formação de ameaças de segurança, os teóricos de tal vertente sugerem que a securitização é um processo ativo, no qual os atores não apenas respondem a ameaças, mas também as criam e moldam. Isso abre um campo fértil para questionar quem se beneficia com a securitização de certas questões e como esses processos afetam as relações de poder globais.

A abordagem pós-estruturalista incentiva uma análise crítica das práticas de securitização, questionando sua legitimidade e os interesses que elas podem servir. Além disso, o pós-estruturalismo nos estudos de securitização permite uma reavaliação das noções tradicionais de segurança. Em vez de vê-la como um objetivo ou estado a ser alcançado, a segurança é entendida como um conceito em constante construção e reconstrução. Isso implica uma compreensão dinâmica da segurança, onde as ameaças não são fixas ou universais, mas sim contextuais e sujeitas a mudanças. Ao considerar esses aspectos, o pós-estruturalismo oferece uma visão mais complexa e matizada da securitização, que vai além das abordagens tradicionais focadas em ameaças tangíveis e mensuráveis. Isso é particularmente relevante em um mundo onde as ameaças são cada vez mais diversificadas e onde a segurança envolve questões que transcendem fronteiras e domínios tradicionais (SILVA, 2011).

O pós-estruturalismo emergiu como uma resposta crítica ao estruturalismo, que dominou o pensamento acadêmico em várias disciplinas durante a metade do século XX. Enquanto o estruturalismo se concentrava em sistemas e estruturas universais subjacentes aos fenômenos culturais e sociais, o pós-estruturalismo deslocou o foco para a fluidez, a ambiguidade e a complexidade das relações sociais e de poder.

Dentro do campo das Relações Internacionais, teóricos como Michel Foucault e Jacques Derrida (apud GÓES, 2015) foram fundamentais para a incorporação do pós-estruturalismo. Foucault, com sua análise de como o poder é exercido através do discurso e das práticas institucionais, influenciou profundamente a compreensão das dinâmicas de poder na securitização. Derrida, por sua vez, com sua teoria da desconstrução, proporcionou as ferramentas para analisar e desmantelar os discursos de segurança, revelando as contradições e interesses ocultos subjacentes.

Na securitização, o pós-estruturalismo oferece uma lente através da qual os discursos de segurança podem ser analisados não apenas em termos do que eles afirmam, mas também do que eles excluem ou silenciam. Isso permite uma compreensão mais profunda das práticas de securitização, destacando como certas ameaças são amplificadas enquanto outras são negligenciadas ou marginalizadas.

Um exemplo significativo desta abordagem pode ser visto na obra de Lene Hansen (2006), que explora como as identidades são construídas e reconstruídas na política de segurança, mostrando como as narrativas de ameaça são frequentemente entrelaçadas com questões de identidade nacional e internacional. Através dessa perspectiva, ela demonstra como o processo de securitização é intrinsecamente ligado às construções sociais e políticas de identidade. Essa abordagem nos estudos de securitização permite questionar e desafiar as concepções tradicionais de segurança, ampliando a compreensão sobre como as políticas de segurança são formuladas e implementadas.

Ao fazer isso, ela abre novos caminhos para explorar as implicações éticas e políticas das políticas de segurança. Ao desconstruir as narrativas dominantes de segurança, o pós-estruturalismo revela como essas políticas podem perpetuar desigualdades e injustiças, muitas vezes ignorando as vozes e experiências daqueles que são mais afetados por elas. Esta abordagem enfatiza a necessidade de uma análise mais crítica e reflexiva das políticas de segurança, desafiando a aceitação acrítica das narrativas de segurança predominantes. Além disso, o pós-estruturalismo nos estudos de securitização se alinha com abordagens contemporâneas que buscam compreender a segurança em termos mais amplos e inclusivos.

Isso inclui a consideração de fatores como gênero, raça, classe e outras formas de identidade que são frequentemente negligenciadas nas abordagens tradicionais de segurança. Por exemplo, a análise de como o gênero influencia as políticas de segurança pode revelar desigualdades e fornecer uma compreensão mais holística das questões de segurança (MENDES, 2015).

O pós-estruturalismo, portanto, não apenas questiona as práticas existentes de securitização, mas também incentiva a busca por abordagens alternativas que sejam mais justas, equitativas e sensíveis às diversas experiências e necessidades das populações afetadas. Esta abordagem teórica continua a ser uma influência vital nos estudos contemporâneos de segurança, proporcionando *insights* valiosos para a compreensão das complexidades das relações internacionais no século XXI.

Ademais, o pós-estruturalismo, ao desconstruir os discursos de segurança, revela a intersecção entre segurança, poder e identidade, fornecendo um caminho para questionar e reimaginar o papel do Estado e das instituições internacionais na gestão da segurança global. Como bem se observa, essa perspectiva oferece uma ferramenta valiosa para a análise crítica das práticas de securitização e para o desenvolvimento de abordagens mais justas e equitativas em políticas de segurança. Em suma, o pós-estruturalismo nos estudos de securitização proporciona uma ferramenta poderosa para desvendar as complexidades das políticas de segurança, oferecendo uma compreensão mais rica e matizada das dinâmicas de poder e identidade no cenário internacional contemporâneo.

4.2 Pós-Colonialismo

O pós-colonialismo, como corrente teórica nos estudos de securitização, oferece uma crítica crucial ao modelo tradicional de segurança, que frequentemente ignora as complexidades históricas e políticas dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Esta perspectiva desafia o paradigma dominante na segurança internacional, que tende a ser centrado em Estados desenvolvidos e suas preocupações, muitas vezes marginalizando as experiências e desafios únicos enfrentados pelos Estados pós-coloniais.

A corrente pós-colonial destaca como as práticas e discursos coloniais continuaram a moldar a política internacional e a segurança dos Estados pós-coloniais. Isso inclui o impacto duradouro das fronteiras arbitrárias estabelecidas pelas potências coloniais, que

frequentemente ignoravam as realidades sociopolíticas locais, levando a conflitos e instabilidades prolongadas. Além disso, o legado do colonialismo muitas vezes resultou em estruturas de poder desequilibradas e em Estados com capacidades institucionais limitadas, afetando sua capacidade de garantir a segurança interna e responder a ameaças externas.

Uma análise importante a ser feita está nas contribuições de Ayoob Mohammed (2007), que é uma figura central no desenvolvimento da perspectiva pós-colonial em segurança internacional. Mohammed argumenta que a segurança nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos deve ser vista através de uma lente diferente daquela usada para os países desenvolvidos, devido às suas histórias e contextos únicos. Isso porque a perspectiva pós-colonial enfatiza a importância de considerar as especificidades dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, argumentando pela necessidade de um Estado forte. Esta abordagem ampliadora desafia a visão Realista tradicional, onde a segurança é frequentemente entendida como imunidade estatal contra ameaças externas. Mohammed (2007) vai além dessa visão, repensando a segurança internacional em países não desenvolvidos, onde o senso de insegurança emana substancialmente dos limites internos de suas fronteiras, em contraste com os países desenvolvidos, onde a insegurança advém de ameaças externas.

Além disso, a teoria pós-colonial aborda como os regimes políticos nos países do Terceiro Mundo tendem a equilibrar fontes de ameaças externas e internas, muitas vezes transformando problemas políticos, sociais e econômicos em questões militares e apresentando ameaças militares como provenientes de fontes externas. Isso é feito tanto para retratar as ameaças como ilegítimas quanto para justificar ações repressivas do Estado. Essa abordagem destaca diferenças significativas entre os problemas de segurança enfrentados por Estados desenvolvidos e do chamado Terceiro Mundo, relacionadas principalmente à história da formação do Estado e aos padrões de recrutamento de elites e manutenção de regimes políticos. Essas distinções determinam orientações de segurança distintas entre os dois grupos de Estados (MOHAMMED, 2007). Além disso, é também fundamental reconhecer o papel da variável tempo na estruturação do conceito pós-colonialista. Enquanto os países desenvolvidos se beneficiam de anos de desenvolvimento e possuem estruturas estatais legítimas, coesas e fortes, muitos Estados do Terceiro Mundo são participantes recentes no sistema moderno de Estados, com estruturas estatais ainda em desenvolvimento e buscando legitimidade.

É essencial compreender o surgimento e os impactos dessa corrente teórica. O pós-colonialismo emergiu como uma resposta crítica aos legados do colonialismo e do imperialismo, principalmente após a descolonização em meados do século XX. Esta corrente enfatiza a necessidade de entender como as estruturas e práticas coloniais passadas continuam a influenciar as realidades políticas, econômicas e sociais dos países anteriormente colonizados (SILVA; LIMA; MARQUE, 2021).

No campo da segurança internacional, o pós-colonialismo desafia a visão eurocêntrica e realista que prevalecia durante a Guerra Fria, argumentando que esta abordagem negligencia as experiências únicas dos Estados pós-coloniais e os desafios específicos que enfrentam. Um dos principais impactos do pós-colonialismo nos estudos de securitização é a reavaliação das noções tradicionais de segurança. Enquanto a segurança tradicionalmente se concentra em ameaças militares e estatais, o pós-colonialismo argumenta que a segurança deve ser entendida de maneira mais ampla, incluindo as dimensões econômica, social, e ambiental. Isso é particularmente relevante para os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, onde as ameaças internas, como pobreza, instabilidade política e degradação ambiental, são muitas vezes mais prementes do que ameaças militares externas (SILVA; LIMA; MARQUE, 2021).

Além disso, o pós-colonialismo tem impulsionado um exame crítico das relações de poder internacionais, destacando como as narrativas e políticas globais são muitas vezes moldadas por interesses dos Estados mais poderosos, em detrimento dos interesses dos Estados mais fracos e anteriormente colonizados. Isso levou a uma maior atenção aos modos pelos quais as intervenções internacionais — sejam elas políticas, econômicas ou militares — podem perpetuar desigualdades e dependências neocoloniais.

Outro nome proeminente da corrente pós-colonialista nos estudos de securitização é Edward Said (2003), cujo trabalho "Orientalismo" criticou a representação do 'Oriente' pelo 'Ocidente' e desafiou as noções eurocêntricas na política internacional. Said argumentou que a forma como o Ocidente retrata o Oriente muitas vezes serve para justificar políticas de dominação e intervenção, uma perspectiva que tem implicações significativas para a compreensão da segurança internacional.

Homi K. Bhabha (2010) também é um teórico importante dessa vertente, cujas ideias sobre hibridismo e ambivalência cultural desafiam as noções de identidade fixa e homogeneidade cultural, que são frequentemente subjacentes às políticas de segurança. Bhabha sugere que as identidades culturais são fluidas e interconectadas, desafiando assim as

narrativas simplistas que muitas vezes informam as políticas de segurança, especialmente em contextos pós-coloniais.

Gayatri Chakravorty Spivak (2010) é outra figura central, conhecida por seu conceito de "subalternidade", que se refere às populações marginalizadas cujas vozes são suprimidas pelo discurso dominante. A noção de Spivak sobre "poder falar" tem implicações diretas para os estudos de segurança, pois questiona quem tem voz nas discussões sobre segurança e cujas perspectivas são ignoradas ou marginalizadas.

A contribuição desses teóricos é vital para entender a securitização no contexto pós-colonial. Eles desafiam as abordagens tradicionais de segurança que frequentemente ignoram as complexidades dos Estados pós-coloniais e enfatizam a necessidade de entender a segurança de uma perspectiva mais ampla e inclusiva. Isso inclui reconhecer como as histórias coloniais, as relações de poder globais e as narrativas culturais influenciam a percepção e a gestão das ameaças à segurança.

Especialmente no contexto latino-americano e seu impacto nos estudos de securitização, observamos que a América Latina tem uma rica tradição de pensamento pós-colonial, que se distingue significativamente do pós-colonialismo "canônico". Na década de 1990, foi formado o Grupo de Estudos Subalternos Latino-americanos, que teceu uma crítica incorporada dos argumentos do pós-colonialismo no contexto latino-americano. Este grupo focou em temas como independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo, buscando superar as lacunas presentes nos estudos elaborados por grupos norte-americanos e europeus, e repolitizando suas análises (SILVA; LIMA; MARQUE, 2021).

Essa abordagem latino-americana criticou a importação acrítica de teorias e ideias de autores como Foucault, Derrida, Gramsci e Guha, que eram populares nos estudos subalternos asiáticos e norte-americanos. A crítica se concentrou no fato de que esses grupos não foram capazes de aprofundar e radicalizar a crítica ao eurocentrismo. Isso levou ao início da terceira fase, denominada "decolonial", que recolocou a "colonialidade" como conceito-chave, reconhecendo a persistência de estruturas e padrões de poder coloniais, mesmo após os processos de independência e formação de nações na América Latina. Anibal Quijano foi uma figura central nesse movimento, com suas publicações influenciando significativamente o pensamento decolonial na região (SILVA; LIMA; MARQUE, 2021).

Os estudos decoloniais na América Latina enfatizaram a necessidade de se afastar do "pós-colonialismo canônico" para revolucionar a crítica à modernidade eurocêntrica. Eles

buscaram referências em pensadores latino-americanos e se basearam em teorias como a Filosofia da Libertação, a Teoria da Dependência, a Teoria do Sistema-mundo, os Grupos de Estudos Subalternos, a Filosofia Afro-caribenha e o feminismo latino-americano. Esta abordagem sublinhou a importância de compreender a "colonialidade" como inerentemente ligada à ideia de "modernidade europeia". No contexto da securitização, estas contribuições são de vital importância (SILVA; LIMA; MARQUE, 2021).

Ante todo o exposto, percebe-se que a abordagem pós-colonial e decolonial na América Latina oferece uma lente crítica para entender como as dinâmicas de poder coloniais e neocoloniais continuam a moldar as questões de segurança na região. Isso inclui o reconhecimento de que as estratégias de segurança não podem ser simplesmente importadas de contextos desenvolvidos, mas devem ser contextualizadas dentro das realidades históricas, políticas e culturais específicas da América Latina. Esta perspectiva também destaca a necessidade de abordar as questões de segurança de uma maneira que reconheça e responda às desigualdades e injustiças estruturais legadas pelo colonialismo e perpetuadas pelo neocolonialismo.

O pós-colonialismo enfatiza, portanto, a importância do contexto histórico na compreensão dos desafios de segurança enfrentados pelos Estados pós-coloniais. Reconhece que as realidades de segurança desses países não podem ser desvinculadas de suas histórias coloniais, que moldaram suas fronteiras, estruturas políticas e sociais, e relações com o resto do mundo. Em resumo, o pós-colonialismo nos estudos de segurança internacional destaca a necessidade de abordagens mais inclusivas e contextualizadas para compreender e responder aos desafios de segurança no mundo pós-guerra, particularmente nos Estados pós-coloniais.

Assim, a contribuição dos teóricos pós-coloniais e decoloniais latino-americanos é crucial para uma compreensão mais abrangente e justa das questões de segurança na região, desafiando as narrativas dominantes e promovendo abordagens mais inclusivas e sensíveis às realidades locais.

4.3 Segurança Humana

O conceito de "segurança humana" foi formalmente introduzido no Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

em 1994, embora suas bases já estivessem presentes nas Nações Unidas, abrangendo a soberania nacional e a defesa universal dos direitos humanos.

No período pós-Guerra Fria, observou-se uma mudança significativa na natureza das ameaças à segurança, com uma prevalência crescente de conflitos internos, incluindo guerras civis e ações de grupos armados e terroristas. Esses conflitos, frequentemente marcados por violações dos direitos humanos, evidenciaram a necessidade de uma abordagem de segurança que transcenda a proteção do Estado e se concentre no indivíduo. A ideia de “segurança humana” como abordagem nos estudos de securitização, portanto, inova ao enfatizar o cumprimento das leis de defesa dos direitos humanos individuais, considerados como a principal tarefa da ordem internacional, inclusive contra a vontade dos Estados, que são muitas vezes vistos como fontes de insegurança individual. Além disso, a segurança humana promove novas formas de multilateralismo e confere um papel fundamental aos atores não-governamentais, especialmente às organizações não-governamentais (ONGs). Essa abordagem reconhece a importância da participação de múltiplos atores na governança global, refletindo a complexidade das questões de segurança no cenário internacional contemporâneo (CARVALHO FILHO, et. al., 2019).

A segurança humana, portanto, representa uma mudança paradigmática nos estudos de securitização. Ao centrar-se no bem-estar e na segurança do indivíduo, ela expande o campo da segurança internacional para além das preocupações estatais tradicionais, abordando questões como pobreza, doenças, violência interna, e violações dos direitos humanos. Esta abordagem reflete uma compreensão mais abrangente e integrada de segurança, essencial para responder aos desafios complexos do mundo contemporâneo.

4.4 Estudos de Paz

Os Estudos de Paz emergiram como um campo acadêmico no pós-Segunda Guerra Mundial, com o primeiro programa datando de 1948 no Manchester College, em Indiana. Desde então, essa área expandiu significativamente, abrangendo não apenas o foco internacional na compreensão e prevenção das raízes da guerra e a propagação de armas nucleares, mas também a promoção de direitos humanos, justiça, direitos individuais e bem-estar (VALENÇA, 2010).

Tais estudos emergiram como uma corrente teórica dinâmica e evolutiva, caracterizada por debates e tensões entre diversas perspectivas. Esta corrente está profundamente enraizada na crítica às abordagens tradicionais de segurança e guerra, propondo alternativas para compreender e transformar conflitos. A seguir, discorre-se sobre alguns aspectos centrais dessa corrente teórica

Inicia-se tratando da dualidade entre resolução de problemas e crítica estrutural. Os Estudos de Paz balançam entre a resolução prática de problemas e a crítica às causas estruturais dos conflitos. Håkan Wiberg (apud VALENÇA, 2010) enfatiza esta dicotomia, evidenciando a tensão entre a "investigação para a pacificação" e a "investigação para a emancipação". A primeira aborda a paz com uma lógica de tecnicidade e procedimentalismo, enquanto a segunda enraíza-se na teoria crítica, buscando transformações mais profundas e sustentáveis.

Há, também, que tratar do contraponto à matriz realista. Os Estudos de Paz posicionam-se em contraste com a abordagem realista tradicional em relações internacionais, que tende a enfatizar a guerra como um fenômeno central. Martínez Guzmán (apud VALENÇA, 2010) argumenta que essa visão realista falha ao não considerar as complexidades das relações humanas e a possibilidade de transformações pacíficas em diversos níveis.

Impossível deixar de tratar aqui também sobre os aportes de um dos mais importantes teóricos desses estudos: Galtung. Johan Galtung (apud SILVA, 2011), considerado o principal fundador da disciplina de estudos de paz e conflitos, estabeleceu o Instituto de Pesquisa da Paz em Oslo (PRIO) em 1959 e também fundou o *Journal of Peace Research* em 1964. Galtung contribuiu com uma análise macro-social e macro-histórica da violência e da paz. Ele explora a multidimensionalidade da violência (direta, estrutural e cultural) e da paz, propondo uma leitura mais ampla e integrada desses conceitos.

Galtung (1969) é conhecido por desenvolver conceitos como "violência cultural" e "violência estrutural". Em seu trabalho seminal "*Violence, Peace, and Peace Research*", ele apresenta a teoria do Triângulo de Conflito, que define os três elementos-chave da violência. Esta teoria baseia-se no princípio de que a paz deve ser definida por objetivos sociais amplamente aceitos e que qualquer estado de paz é caracterizado pela ausência de violência.

Atualmente, os Estudos de Paz se aprofundam em dois domínios principais. O primeiro é a "geografia da paz e da violência", explorada por autores como Tatiana Moura e Rodrigo Tavares (apud PUREZA, 2005), que analisam as novas formas de conflitualidade

eregionalização da paz. O segundo é o debate epistemológico, onde pesquisadores como José Manuel Pureza e Teresa Cravo (2005) alertam para os riscos de cooptação dos Estudos de Paz pelas estruturas dominantes e defendem uma paz sustentável e a descolonização do campo teórico.

Em resumo, os Estudos de Paz representam uma abordagem crítica e inovadora nos Estudos de Securitização, propondo uma reavaliação das noções relativas à conflito, violência e paz, e buscando alternativas para a transformação pacífica das relações internacionais e sociais.

4.5 Estudos Feministas de Segurança

Os "Estudos Feministas de Segurança" surgiram como uma resposta crítica ao contexto histórico pós-Guerra Fria, marcado por uma visão tradicionalmente masculinizada da segurança e das relações internacionais. Este campo de estudo desafiou as perspectivas convencionais, centradas na experiência masculina, trazendo uma nova luz às contribuições e experiências das mulheres em questões de segurança, representando uma abordagem inovadora no campo da securitização, introduzindo uma análise crítica de gênero (SANTOS, 2015).

No início da década de 1990, com a publicação de obras influentes de Ann Tickner (1992) e os trabalhos de Cynthia Enloe (2007), os Estudos Feministas de Segurança começaram a ganhar destaque. Eles criticaram as teorias realistas e neorrealistas dominantes na segurança nacional, argumentando que estas ignoravam as experiências femininas e perpetuavam uma perspectiva de segurança construída a partir de valores associados à masculinidade hegemônica. Através da análise das contribuições de Tickner e Enloe, torna-se evidente que os Estudos Feministas de Segurança buscam expandir a compreensão de segurança, incluindo temas como violência estrutural e ecológica, e enfatizando a necessidade de reconhecer a construção social dos temas de segurança.

Em seu trabalho seminal "*Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security*", Tickner (1992) desafiou a perspectiva masculina predominante na política de segurança. Ela argumentou que a segurança deve ser entendida de maneira ampla, incluindo a eliminação da violência física, estrutural e ecológica, temas há muito tempo centrais nas teorias feministas. A autora ainda criticou as teorias realistas e

neorrealistas por perpetuarem uma visão de segurança construída a partir de uma perspectiva masculina e ocidental. Ela destacou a importância de reconhecer a construção social dos temas de segurança e a necessidade de uma perspectiva de gênero.

Enloe (2007), por sua vez, focou na invisibilidade feminina nas bases militares e em outros aspectos da segurança nacional, destacando como as mulheres são frequentemente marginalizadas ou ignoradas em discussões sobre segurança internacional. Essas contribuições indicam uma mudança significativa na maneira como a segurança é entendida e estudada, sublinhando a importância de considerar as experiências femininas e de gênero na análise de questões de segurança internacional.

As mulheres dos países desenvolvidos e em desenvolvimento têm diferentes preocupações de segurança, refletindo uma dicotomia global. Enquanto as mulheres dos países desenvolvidos se concentram no desarmamento nuclear, aquelas dos países em desenvolvimento enfocam a violência estrutural, associada a questões como imperialismo, militarismo, racismo e sexismo. Tal diferença latente deve ser considerada quando se pensa em securitização, e é justamente isso que vem defender os estudos feministas de segurança.

4.6 Estudos Críticos de Segurança

Os "Estudos Críticos de Segurança" também emergiram no cenário pós-Guerra Fria como um contraponto aos enfoques tradicionais de segurança. Este movimento foi impulsionado pela necessidade de uma nova ontologia e epistemologia na segurança, que questionasse as noções estabelecidas e os métodos de abordagem das ameaças.

De acordo com Browning e McDonald (apud AZEVEDO, 2009), os Estudos Críticos de Segurança têm três componentes principais. Primeiro, a rejeição de abordagens convencionais, já que tais teóricos rejeitam ou criticam as teorias, a epistemologia e as implicações do realismo, como o foco total no papel do Estado ao abordar questões de segurança. Depois, o exame crítico do significado de segurança, e isso inclui a análise das representações ou discursos de segurança na definição da identidade de grupo, permitindo políticas específicas ou legitimando certos atores como provedores de segurança. Um exemplo disso é a teoria de securitização da Escola de Copenhague. Por fim, o exame crítico da ética e abordagens inerentes ao estudo da segurança, pois esses teóricos também exploram

temas mais recentes, como segurança ambiental, planetária, saúde, ontológica, fronteiriça ou do cotidiano.

A Escola Galesa de Estudos Críticos de Segurança, liderada por teóricos como Ken Booth e Richard Wyn Jones (apud LOPES, 2019), desempenhou um papel central neste desenvolvimento. Seus estudiosos propuseram uma redefinição da segurança, focando na emancipação do indivíduo das restrições estruturais e promovendo um entendimento mais abrangente e inclusivo de segurança. Suas ideias desafiam a rigidez intelectual dos estudos estratégicos tradicionais, trazendo para o centro do debate conceitos como emancipação, tecnologia e iluminismo, retomando discussões da Escola de Frankfurt.

A Escola Galesa trouxe para os Estudos Críticos de Segurança uma abordagem inovadora, centrada na ideia de que a segurança deve ser entendida como sinônimo de emancipação. Eles argumentaram que as restrições estruturais impostas pelos sistemas políticos e sociais limitam a liberdade e o potencial dos indivíduos, enfatizando assim a necessidade de uma transformação radical na forma como compreendemos e praticamos a segurança. Essa perspectiva contrasta fortemente com os enfoques tradicionais de segurança, que tendem a se concentrar em ameaças externas e na proteção do Estado, em detrimento das necessidades e direitos dos indivíduos. Ao adotar uma abordagem mais centrada no indivíduo, a Escola Galesa desafiou a comunidade internacional a repensar as políticas e práticas de segurança, considerando os aspectos mais amplos da liberdade humana e bem-estar (LOPES, 2019).

Assim, os Estudos Críticos de Segurança representam uma mudança paradigmática na forma como a segurança é conceptualizada, analisada e praticada, priorizando a liberdade individual e a crítica às estruturas de poder existentes.

Ante todo o exposto, é imperativo sublinhar a importância crucial de estudar as diversas perspectivas dos teóricos pós-guerra na área de securitização. Essa abordagem multifacetada oferece uma compreensão mais rica e profunda das dinâmicas de segurança contemporâneas, que são complexas e multifatoriais. Ao incorporar visões variadas, desde abordagens críticas e feministas até estudos focados em segurança humana e paz, podemos discernir como diferentes contextos, histórias e estruturas de poder moldam as políticas e práticas de segurança. Esse entendimento é vital para desenvolver estratégias de segurança mais inclusivas, eficazes e humanizadas, que levem em conta as realidades locais e globais, e que estejam alinhadas com os valores de uma sociedade mais justa e segura no cenário internacional pós-guerra.

5. CONCLUSÃO

Ante todo o exposto na presente pesquisa, analisando diversas correntes teóricas no campo da securitização, foi possível identificar uma evolução significativa nos debates e práticas de segurança internacional no período pós-guerra. Essa transformação é marcada pela transição de um enfoque estritamente militar e estatal para uma compreensão mais ampla e inclusiva de segurança, que leva em conta fatores humanos, políticos, sociais e ambientais, próprios dos conflitos e ameaças de segurança nas sociedades contemporâneas, em um mundo globalizado e em constante evolução tecnológica.

As abordagens pós-estruturalistas, pós-coloniais e de segurança humana trouxeram para o debate uma crítica à narrativa dominante da Guerra Fria e ressaltaram a importância de entender a segurança além dos limites do Estado-nação, considerando as perspectivas de grupos marginalizados e questões globais. Por sua vez, os Estudos de Paz, os Estudos Feministas de Segurança e os Estudos Críticos de Segurança desafiaram as premissas tradicionais da securitização, introduzindo novas dimensões como gênero, justiça social e emancipação humana no entendimento da segurança.

Essas correntes de pensamento demonstram que a segurança é um conceito multifacetado, influenciado por uma variedade de fatores sociais, culturais e políticos. Através de uma análise crítica das diferentes abordagens, este estudo destacou como a securitização evoluiu para incorporar uma visão mais abrangente, que vai além da mera proteção do Estado para abraçar a segurança do indivíduo e da comunidade.

Em conclusão, o estudo das transformações nos debates sobre securitização no período pós-guerra é fundamental para compreender as complexas dinâmicas da segurança internacional contemporânea. Ao reconhecer e incorporar as contribuições das diversas correntes teóricas, podemos avançar em direção a políticas de segurança mais inclusivas e eficazes, que atendam às necessidades de um mundo globalizado e em constante mudança. Este entendimento é crucial para a formulação de estratégias de segurança que sejam justas, sustentáveis e adaptadas aos desafios do século XXI.

REFERÊNCIAS

ARON, R. **Peace and War: A Theory of International Relations**. New York: Doubleday, 1966.

AYOOB, M. Challenging Hegemony: Political Islam and the North-South Divide. *In: International Studies Review*, n. 9, 2007, pp. 629-643. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4621864>. Acesso em: 12 nov. 2023.

AZEVEDO, T. L. **A Escola Galesta de Estudos Críticos de Segurança: Segurança como Emancipação** (Dissertação de Mestrado). São Paulo: PUC-SP, 2009. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17461/1/Thalia%20Lacerda%20de%20Azevedo.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BHABHA, H. K. **Nación y Narración**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

BALZACQ, T. Constructivism and securitization studies. *In: European Journal of International Relations*, 21(4), 2015, 939–965. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/260389131_Constructivism_and_Securitization_Studies. Acesso em: 12 nov. 2023.

BIGO, D. Security and Immigration: Toward a Critique of the Governmentality of Unease. *In: Alternatives*, 27(Special Issue), 2002, 63-92. Disponível em: https://migrantsproject.eu/wp-content/uploads/2020/08/Bigo_Security-and-Immigration.pdf. Acesso em: 12 nov. 2023.

BUZAN, B., WÆVER, O., & de WILDE, J. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CARVALHO FILHO, C. K. G. C., et. al. **A Questão da Segurança Humana na Agenda de Segurança Internacional Pós-Guerra Fria**. Publicado em Anais do XVI Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional em 2019. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xvi_cadn/aa_questaoa_daa_segurancaa_humanaa_naa_agendaa_dea_segurancaa_internacionala_posa_guerraa_fria.pdf. Acesso em: 12 nov. 2023.

ENLOE, C. Base Women. *In: BUZAN, B.; HANSEN, L. (Eds.). In: International Security*, Vol. II. 1ª ed. Londres: SAGE Publications, 2007, pp. 105–128.

EROUKHMANOFF, C. **Securitization Theory: An Introduction**. Published in E-International Relations at January 14 2018. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2018/01/14/securitisation-theory-an-introduction/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

GALTUNG, J. Violence, Peace and Peace Research. **In: Journal of Peace Research**, vol. 6, n. 3, 1969, pp. 167-191. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/422690>. Acesso em: 12 nov. 2023.

GÓES, C. M. Análises de poder em disputa: Foucault e a virada pós-estruturalista nos Subaltern Studies. **In: PLURAL Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.22.2, 2015, p.222-246. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/299354900_Analises_de_poder_em_disputa_Foucault_e_a_virada_pos-estruturalista_nos_Subaltern_Studies. Acesso em: 12 nov. 2023.

HERNADES, N. **A mídia e seus truques: o que jornal, revista, tv, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público**. São Paulo, Ed. Contexto, 2006.

HANSEN, L. Theorizing the Image for Security Studies: Visual Securitization and the Muhammad Cartoon Crisis. **In: European Journal of International Relations**, 17(1), 2011, 51-74. doi:10.1177/1354066110362110. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1354066110388593>. Acesso em: 12 nov. 2023.

HUYSMANS, J. **The Politics of Insecurity: Fear, Migration and Asylum in the EU**. Londres: Routledge, 2006.

KOONINGS, K., & KRUIJT, D. **Megacities: The Politics of Urban Exclusion and Violence in the Global South**. Londres: Zed Books, 2009.

LOPES, L. M. **Estudos de Segurança: uma Análise do Alargamento e do Aprofundamento do Conceito de Segurança a partir de Contribuições dos CSS (Critical Security Studies), da Escola de Copenhague e da IPS (International Political Sociology)** (Dissertação de Mestrado). Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31117/1/DISSERTAO_LUCAS_MILHOMENS_LOPE_S.pdf. Acesso em: 12 nov. 2023.

MENDES, C. Pós-Estruturalismo e a Crítica como Repetição. **In: Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 30 (88), jun 2015, DOI <https://doi.org/10.17666/308845-59/2015>.

MISSE, M. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana**. São Paulo: Lumen Juris, 2006.

OSKANIAN, K. Securitisation gaps: Towards ideational understandings of state weakness. *In: European Journal of International Security*, Volume 6 , Issue 4 , November 2021 , pp. 439 - 458 DOI: <https://doi.org/10.1017/eis.2021.13>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/european-journal-of-international-security/article/securitisation-gaps-towards-ideational-understandings-of-state-weakness/F7589A3197CBE46C06CF39CDF9C4A565>. Acesso em: 12 nov. 2023.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 1994**. New York: Oxford University Press, 1994. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr1994escompletonostatspdf.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

PUREZA, J. M. Margem Crítica e Legitimação nos Estudos para a Paz. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 71, junho de 2005, pp. 5-19. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272438583_Margem_critica_e_legitimacao_nos_estudos_para_a_paz. Acesso em: 12 nov. 2023.

SAID, E. W. **Orientalismo**. Barcelona, ES: Debolsillo, 2003.

SANTOS, C. Leitura de Gênero sobre os Estudos de Segurança Nacional. *In: Revista Conjuntura Global*, vol. 4, n. 2, maio a agosto de 2015, pp. 171-184. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/43171/26167>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SILVA, C. V. V. **Securitização: uma Análise da Aplicação Empírica para Operacionalizar o Conceito de Securitização da Escola de Copenhague** (Tese de Doutorado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/62409>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SILVA, J. J. L.; LIMA, T. C. S.; MARQUE, E. A. B. Filosofia da Práxis, Pós-Colonialismo e Serviço Social no Estudo da América Latina. *In: Revista O Social em Questão*, vol. 24, n. 51, 2021, pp.187-212. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552268238011/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SCHELLING, T. C. **Arms and Influence**. New Heaven, Connecticut: Yale University Press, 1966.

SPIVACK, G. C. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2010.

TICKNER, J. A. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security.** Nova Iorque: Columbia University Press, 1992.

TROMBETTA, M. J. Environmental Security and Climate Change: Analysing the Discourse. *In: Cambridge Review of International Affairs*, 21(4), 2008, 585-602. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/09557570802452920>. Acesso em: 12 nov. 2023.

VALENÇA, M. M. **Novas Guerras, Estudos de Paz e Escola de Copenhague: uma Contribuição para o Resgate da Violência pela Segurança** (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2010. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16533/16533_1.PDF. Acesso em: 12 nov. 2023.

WÆVER, O. Politics, Security, Theory. *In: Special issue on The Politics of Securitization*, vol. 42, issue 4-5, august-october 2011, Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0967010611418718>. Acesso em: 12 nov. 2023.

WALKER, R. Lines of insecurity: international, imperial, exceptional. *In: Security Dialogue*, 37 (5), 2006, 65-82. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26299473>. Acesso em: 12 nov. 2023.